

Sumário

Número de notícias: 25 | Número de veículos: 17

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Dispositivos da reforma miram os "super-ricos" 3

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Reforma deixa 6,8 milhões fora de modelo simplificado, diz Receita 4

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Projeto de código reduz transparência eleitoral, diz especialista 5

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Exclusão do ICMS gerou R\$ 358 bi para contribuintes 6

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Reforma altera CSLL e pode gerar aumento de carga 7

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Avaliação remota para BPC 8

FOLHA DE S. PAULO - SP - TEC
SEGURIDADE SOCIAL

Justiça já tem 600 sentenças com lei de proteção de dados 10

AGÊNCIA BRASIL - NOTÍCIAS
SEGURIDADE SOCIAL

Idosos acima de 80 anos podem agendar prova de vida em casa 13

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE
SEGURIDADE SOCIAL

Beneficiários poderão solicitar visita de representante do INSS para prova de vida
..... 14

O GLOBO - ON LINE - RJ - ULTIMAS NOTICIAS
SEGURIDADE SOCIAL

INSS: 23,6 milhões de aposentados e pensionistas terão isenção de IR, se reforma tributária
passar no Congresso 16

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
SERVIDOR PÚBLICO

Guedes quer que Bolsonaro escolha entre Bolsa Família, obras e reajustes 18

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

A dose e o veneno da reforma tributária (2) 20

CORREIO BRAZILIENSE - DF - CIDADES
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

"É uma verdadeira contrarreforma tributária" - EIXO CAPITAL 21

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Veja como fica o IR para investidores na reforma tributária do governo 24

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Frente se opõe à reforma tributária do governo - COLUNA DO ESTADÃO 27

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

O "não reajuste" do Imposto de Renda (2) 29

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Alíquota de 3% do Reintegra elevaria PIB, defende CNI 30

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Desgaste político ameaça reforma tributária 31

G1 - NACIONAL - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Guedes diz que, se houver erro na dose , governo vai consertar reforma do Imposto de Renda
..... 32

PORTAL UOL - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Pacheco defende urna eletrônica e diz que impeachment não pode ser banalizado 33

PORTAL UOL - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma elevaria imposto de média e grande empresa em até 72%, diz entidade 35

VALOR ONLINE - BRASIL E POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Entenda os riscos e os impactos da 2ª fase da reforma tributária 37

FOLHA DE S. PAULO - SP - SAÚDE
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Saúde propõe à ANS incluir imunizante contra Covid no rol de planos 38

VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Implementar acordo de taxação global em 2023 será um desafio 40

O GLOBO - ON LINE - RJ - BRASIL
POLÍTICA

Com distritão, Câmara teria aumento de homens brancos, mais velhos e reeleitos, aponta
levantamento
..... 41

Dispositivos da reforma miram os "super-ricos"

Lu Aiko Otta De Brasília

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186938?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186938?page=1§ion=1

Reforma deixa 6,8 milhões fora de modelo simplificado, diz Receita

Fabio Graner e Raphael Di Cunto De Brasília

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186938?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186938?page=1§ion=1

Projeto de código reduz transparência eleitoral, diz especialista

Raphael Di Cunto De Brasília

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186938?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186938?page=1§ion=1

Exclusão do ICMS gerou R\$ 358 bi para contribuintes

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186938

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186938

Reforma altera CSLL e pode gerar aumento de carga

Beatriz Olivon e Fabio Graner De Brasília

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186938

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186938

Avaliação remota para BPC

O Tribunal de Contas da União (TCU) determinou que o Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**), em 15 dias, em caráter piloto, autorize a realização de procedimentos por canais remotos para avaliação social, exigidos para a concessão do Benefício Assistencial de Prestação Continuada (BPC) a pessoas com deficiência. A decisão é de 23 de junho, e o processo teve como relator o ministro Bruno Dantas. A dúvida, no entanto, é se o **INSS** está preparado para adotar a nova sistemática e se o auxílio vai chegar à ponta, uma vez que as pessoas inscritas no BPC, muitas em situação de miséria, não têm telefone ou acesso à internet.

Por meio de nota, o **INSS** informou que se prepara para iniciar a avaliação social remota, que deve começar "a implementar no dia 6 de julho". A autarquia, porém, ainda não tem os detalhes de como funcionará o sistema. "O órgão está definindo como será feito o procedimento", aponta a nota. De acordo com o advogado Diego Cherulli, vice-presidente do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário (IBDP), "a decisão do TCU é justa, mas veio atrasada".

"Não adianta exigir que o **INSS** use canais remotos se os cidadãos não têm acesso às tecnologias", disse Cherulli. Ele reiterou que ainda é "um mistério" o que o **INSS** efetivamente vai fazer, mas como a "análise social para o BPC é praticamente uma declaração do cidadão, não há visitas locais nem maiores diligências, ela poderia, assim, ser feita por telefone ou ligação de vídeo", reforçou.

Para ter direito ao BPC, esclareceu Cherulli, a pessoa deve ter renda de até um quarto do salário mínimo (R\$ 275). Lei recente, que ainda precisa ser regulamentada, elevou o valor para até meio salário mínimo por pessoa na casa (R\$ 550).

João Badari, especialista em direito previdenciário e sócio do escritório Aith, Badari e Luchin Advogados, lembrou que, durante a pandemia, o **INSS** se estruturou para fazer de forma remota os benefícios por incapacidade. "E deu certo. Agora, com o tempo, vai ter que se adequar às necessidades do BPC. O **INSS**, sem dúvida, está preparado. Porém não se pode garantir que o cidadão consiga atender aos requisitos", disse.

O especialista em direito previdenciário Karlos Gomes, do Karlos Gad Advocacia, explicou que, para ter direito ao BPC, é preciso ter mais de 65 anos ou deficiência física, mental, intelectual ou motora, desde que a

limitação impeça o beneficiário de gozar de uma vida plena em sociedade. "E não basta preencher tais requisitos, também é necessário não estar recebendo outro benefício", observou.

Prazo Com as novas regras para o **INSS**, o prazo para concessão do BPC é de 90 dias. "Caso o requerente se sinta prejudicado, deve procurar um especialista para ver a possibilidade de ajuizamento de uma ação judicial para o recebimento após o prazo legal", explica Karlos Gomes.

Sandro Lucena Rosa, especialista em direito previdenciário e membro da Comissão de Direito Previdenciário da OAB/GO ressaltou que também "deve ser comprovada a situação de pobreza ou necessidade". Ele reiterou que, desde 2016, o **INSS** também exige que as pessoas se inscrevam no CadÚnico. "Por isso, é sempre bom manter o cadastro atualizado. Ele pode ser feito nos Centros de Referência de Assistência Social (Cras)", ressaltou.

*Estagiária sob supervisão de Odail Figueiredo

Beneficiários se queixam da demora

Nas redes sociais, várias pessoas reclamam da demora para marcar a perícia no **INSS**, e muitas estão com medo de não conseguir e ter o BPC cancelado. É o caso de uma beneficiária do Rio de Janeiro, mãe de três filhos, um deles, com autismo, que não quis se identificar. Ela explicou que passa por dificuldade e já está há dois anos e três meses na fila. "Eu preciso muito fazer essa perícia. Sem o auxílio, vamos passar por mais dificuldade ainda", lamentou.

"Na minha opinião, o **INSS** precisa atualizar o atendimento. Conheço uma pessoa que até conseguiu fazer a perícia social, mas está esperando há 11 meses. Outra entrou na Justiça. Acho péssimo o aplicativo, tive uma amiga que foi deferida e nem sabe o motivo. Teve que buscar um advogado", afirmou a mãe do rapaz autista.

Luciene Leite, 42 anos, aposentada, teve paralisia infantil quando ainda era um bebê, afirma que, durante a pandemia, o processo de perícia ficou mais lento que o normal. "De 2018 a 2020, fiquei um tempo sem receber o benefício, devido a uma cirurgia que tive que fazer no pé. No ano passado voltei a receber, mas preciso de uma nova perícia social, e já estou há dois meses esperando". A aposentada declara que "não gosta do sistema do **INSS**". "Acho uma bagunça e

difícil de entender", reforçou.

Para Viviane Peres, diretora da Federação Nacional dos Trabalhadores em Saúde, Previdência e Assistência Social (Fenasps), a tele avaliação não resolve os processos represados, porque apenas 16% dos BPCs aguardam análise social. Os demais dependem da análise do requerimento ou avaliação médica. "Todos os argumentos para necessidade de tele avaliação social, atribuindo a essa etapa a "culpa" do represamento, são uma falácia. O represamento dos BPCs não ocorre na pandemia, mas se aprofundou com as plataformas e a transformação digital", disse. Segundo ela, no início da contaminação pelo coronavírus, havia mais de 500 mil processos na fila. (VB e FS)

Justiça já tem 600 sentenças com lei de proteção de dados

Paula Soprana

Com menos de um ano de vigência, a LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados) já embasou cerca de 600 sentenças judiciais de cidadãos que questionam o uso de seus dados por empresas.

Das 598 decisões já tomadas em todos os tribunais do país de 18 de setembro de 2020, data de sanção da lei, a 25 de junho deste ano, a metade trata diretamente de proteção de dados pessoais e privacidade, mostra levantamento da Juit, empresa especializada no uso de ferramentas automatizadas para fazer varredura de tribunais, a pedido da Folha.

Nos processos iniciais, chama a atenção o receio com a exposição de informações pessoais em diários oficiais e documentos de tribunais visíveis em buscadores como o Google. Cidadãos não querem digitar o nome na internet e encontrar, de cara, um processo trabalhista do passado, seu endereço ou uma multa, por exemplo.

Ainda não há uma regulamentação sobre serviços privados, como Google e Yahoo, indexarem essas informações. E a LGPD não trata de direito ao esquecimento -que permitiria a remoção, de plataformas como o Google, de informações que desagradam uma pessoa.

Do total de sentenças, 74% são de primeiro grau e estão restritas a São Paulo. Isso indica que o tema está longe de ter uma jurisprudência consolidada, já que parte dos processos deverá ser discutida em tribunais superiores.

Mesmo assim, especialistas já identificaram algumas tendências, como o apreço pela base legal do consentimento -uma das que determina a autorização expressa do cidadão para a coleta de um dado pessoal- e o entendimento de que um vazamento não necessariamente gera indenização por dano moral. Ou seja, é preciso comprovar a relação entre um celular exposto indevidamente na internet, por exemplo, e o assédio de telemarketing.

Na esfera trabalhista, há casos de ex-funcionários recorrendo à LGPD para garantir que somente suas iniciais apareçam em litígios trabalhistas ou para que todos os seus dados sejam deletados de uma

empresa após a demissão.

"As pessoas estão pedindo para apagar os dados, para que empresas parem de usá-los, mas nem sempre é possível", diz Fabrício Mota, sócio do Serur Advogados.

Um trabalhador demitido, segundo ele, dificilmente conseguirá que a empresa elimine seus dados de modo imediato. "A empresa tem que manter esses registros de jornada de trabalho e horas extras por um tempo para se proteger judicialmente."

Um dos pontos da nova legislação autoriza que cidadãos reivindiquem informações sobre processos automatizados (feitos por robôs) de empresas. Essa queixa já foi feita por um ex-motorista de aplicativo que quis entender os critérios de seu bloqueio na plataforma. O caso ainda não foi concluído.

As sanções da LGPD passam a valer em 1º de agosto. A expectativa é de aumento no volume de processos nos próximos meses.

"É uma lei que pegou antes da própria multa da lei. A legislação é transversal e impacta o dia a dia de pessoas físicas e jurídicas", afirma Renato Ópice Blum, sócio do Ópice Blum, Bruno e Vainzof Advogados Associados.

A ANPD (Autoridade Nacional de Proteção de Dados), órgão ligado à Casa Civil, será responsável pela aplicação das multas, que podem ser de até 2% do faturamento da empresa, com limite de R\$ 50 milhões por infração.

Advogados avaliam que o país está em uma fase de transição para a cultura de proteção de dados e privacidade, já madura na Europa. "Não é trivial inserir uma lógica de proteção de dados. Há pouco tempo, não tínhamos a ideia de que qualquer dado merecia proteção, mesmo os dados públicos, não sensíveis", diz Laura Schertel, professora de direito civil na Universidade de Brasília.

Para Bruno Bioni, do Data Privacy Brasil, o amadurecimento de cidadãos e empresas vai levar um longo tempo, embora ele considere expressivo o movimento de autoridades. "Muito embora as multas da ANPD comecem a ser aplicadas em agosto, já

vemos um trabalho de supervisão da lei, com a Senacon [Secretaria Nacional de Defesa do Consumidor] muito atuante nos últimos dois anos", diz. "Aos poucos, mudanças de práticas enraizadas, como pedir biometria para entrar em um prédio, começam a ser alteradas."

79

FARMÁCIA PEDE BIOMETRIA, E BANCOS LEVAM MULTAS

Embora a lei defenda a minimização da coleta de dados, para que entes públicos e privados captem apenas o necessário, farmácias que costumavam pedir o CPF também começaram a solicitar a biometria, caso da rede Raia Drogasil, alegando alinhamento com a LGPD.

Apos denúncias de clientes, o Idec (Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor) entrou com uma ação coletiva contra a rede em 25 de junho. A empresa diz que prestará todas as informações, "pois está adequada aos princípios legais estipulados pela LGPD".

Na Senacon, foram abertas 12 averiguações envolvendo proteção de dados desde setembro. Só no último mês, o órgão autuou quatro bancos, e a lista tende a crescer. Foram aplicadas multas a Itaú (R\$ 9,6 milhões), Pan (R\$ 8 milhões), BMG (R\$ 5,1 milhões) e Cetelem (R\$ 4 milhões).

Elas derivam de um processo baseado em denúncias de abusos ao consumidor na oferta e contratação de empréstimos consignados, diante de abordagens insistentes a vulneráveis, como idosos aposentados.

A investigação da Senacon indica que correspondentes bancários cadastraram consumidores sem informá-los que os dados seriam usados para oferta de crédito. Todas as instituições afirmaram que recorrem ou irão recorrer da decisão.

Em nota, o Itaú diz entender "que foram desconsiderados argumentos relevantes, que demonstram a inexistência de qualquer responsabilidade nas práticas relatadas".

O Pan destaca que iniciou a mobilização do setor para a autorregulação do crédito consignado para redução do número de reclamações. O Cetelem afirma que age em conformidade com a legislação. O BMG "reforça a inexistência de qualquer envolvimento com o suposto vazamento de dados de beneficiários do **INSS**" e diz que, em relação à oferta de consignado, tem provido melhorias.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=495>

Mesmo sem multar, lei de proteção de dados gera corrida no Judiciário

Tribunais paulistas lideram decisões embasadas na LGPD

Em %



Maioria das empresas investe em segurança cibernética...

Em %



...mas valor ainda é baixo

Investimento baseado em receita líquida, em %



Empresas que já sofreram ataque cibernético

Em %



Mais da metade das companhias diz que investimento em privacidade pode alavancar negócios

Em %



Fontes: Juit e Deloitte (estudo feito com 122 empresas, 51% têm faturamento superior a R\$ 100 milhões)

Idosos acima de 80 anos podem agendar prova de vida em casa

O Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) publicou portaria, no Diário Oficial da União de hoje (5), prevendo a possibilidade de seus beneficiários com dificuldades de locomoção solicitarem a realização de prova de vida em casa, mediante visita de representante do instituto. Idosos acima de 80 anos também poderão solicitar o serviço por meio de um requerimento.

De acordo com a Portaria 1.321, a visita favorecerá beneficiários "sem procurador ou representante legal cadastrado". O requerimento que possibilita a comprovação de vida "por meio de pesquisa externa", pode ser feito por terceiros, por meio da Central 135; pelo aplicativo MEU **INSS**; ou por meio de outros canais a serem disponibilizados pelo **INSS**, "sem a necessidade de cadastramento de procuração para esse fim específico ou do comparecimento do beneficiário ou interessado a uma Agência da **Previdência Social** - APS".

A portaria esclarece que um atestado médico ou declaração emitida pelo profissional competente deverá ser apresentado, nos mesmos moldes dos documentos exigidos para inclusão de procuração para fins de recebimento de benefício".

Nos casos de requerimento feito por meio do Meu **INSS**, é obrigatório que seja anexada a comprovação documental da dificuldade de locomoção, "sendo dispensada a apresentação de documentação original na solicitação".

Nos casos em que o requerimento é feito pela Central 135, a própria central fará o cadastramento da tarefa. Também agendará o cumprimento de exigência para apresentação da documentação comprobatória, "de forma que o requerente seja cientificado de imediato da data para comparecimento ou da possibilidade de anexação pelo Meu **INSS**".

Beneficiários com dificuldade de locomoção deverão selecionar o serviço Solicitar Prova de Vida - Dificuldade de locomoção, do tipo tarefa, modalidade atendimento a distância, código 4972, sigla PVIDADIFLO, cujo cumprimento deve ser feito de forma emergencial e prioritária.

Beneficiários com idade acima de 80 anos podem solicitar o atendimento por meio da tarefa "Solicitar

Prova de Vida - Maior de 80 anos" - código 4952, sigla PVIDAIDOSO, cujo cumprimento deve ser realizado de forma emergencial e prioritária.

"A tarefa 'Solicitar Prova de Vida - Maior de 80 anos' criará automaticamente a subtarefa 'Pesquisa Externa - Prova de Vida' - código 4953, sigla PEXPROVIDA, que também deve ser cumprida de forma emergencial e prioritária", informa a portaria.

De acordo com o **INSS**, a rotina de bloqueio de créditos, suspensão e cessação de benefícios por falta de comprovação de vida não abrangerá os benefícios cujo procedimento esteja pendente de pesquisa externa a cargo do **INSS**, requerida até o processamento da folha de pagamento referente à competência de aplicação da rotina.

A portaria prorroga por mais duas competências (julho e agosto) a rotina de suspensão de benefícios por impossibilidade da execução do Programa de Reabilitação Profissional.

Site: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2021-07/idosos-acima-de-80-anos-podem-agendar-prova-de-vida-em-casa>

Beneficiários poderão solicitar visita de representante do INSS para prova de vida

O Instituto Nacional de Seguro Social (**INSS**) divulgou na manhã desta segunda-feira (6/7) portaria que permite aos beneficiários com dificuldade de locomoção ou idosos com mais de 80 anos, sem procurador legal cadastrado, a solicitarem visita de um representante do instituição para realizar a prova de vida.

O agendamento da prova de vida por meio de pesquisa externa deve ser feito pela central 135, pelo site Meu **INSS** ou outros canais a serem disponibilizados pelo **INSS**. Para fazer a solicitação não haverá necessidade de cadastramento de procuração para esse fim específico ou do comparecimento do beneficiário ou interessado a uma Agência da **Previdência Social** (APS).

Nos casos de beneficiários com dificuldade de locomoção ao fazer a solicitação, quando o requerimento for realizado pelo Meu **INSS**, deverá ser anexada, obrigatoriamente, a comprovação documental da dificuldade de locomoção, sendo dispensada a apresentação de documentação original na solicitação.

Já pelo 135, a própria Central fará o cadastramento da tarefa e agendará o cumprimento de exigência para apresentação da documentação comprobatória, de forma que o requerente seja informado de imediato da data para comparecimento ou da possibilidade de anexação pelo Meu **INSS**.

Ainda segundo o **INSS**, os idosos com mais de 80 anos terão atendimento emergencial e prioritário.

Já a suspensão e cessação de benefícios por falta de comprovação de vida não abrangerá os benefícios cujo procedimento esteja pendente de pesquisa externa a cargo do **INSS**, requerida até o processamento da folha de pagamento referente à competência de aplicação da rotina.

Além disso será prorrogada, por mais duas competências, julho e agosto de 2021, a rotina de suspensão de benefícios por impossibilidade da execução do Programa de Reabilitação Profissional.

Cronograma de retomada da rotina de bloqueio, suspensão e cessação por falta da realização de comprovação de vida

Site:

***[http://www.correio braziliense.com.br/economia/2021/07/
4935596-beneficiarios-poderao-solicitar-visita-de-
representante-do-inss-para-prova-de-vida.html](http://www.correio braziliense.com.br/economia/2021/07/4935596-beneficiarios-poderao-solicitar-visita-de-representante-do-inss-para-prova-de-vida.html)***

INSS: 23,6 milhões de aposentados e pensionistas terão isenção de IR, se reforma tributária passar no Congresso

Martha Imenes

A faixa de isenção do Imposto de Renda pode passar para R\$ 2.500 Foto: Brenno Carvalho/Agência O Globo

BRASÍLIA - Aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) terão um alívio no bolso, caso a proposta de **reforma tributária** que eleva o limite de isenção do Imposto de Renda da Pessoa Físicas (IRPF) de R\$ 1.903,98 para R\$ 2.500 seja aprovada pelo Congresso Nacional. Atualmente, 23.683.780 beneficiários recebem até R\$ 2.500, segundo dados do **INSS**.

Desse total, 15.303.004 beneficiários têm mais de 65 anos, o que garante o direito à dupla isenção no Imposto de Renda. Ou seja, um bônus no limite de R\$ 1.903,98 por mês.

Este benefício vira dupla isenção quando a renda for acima desse valor (R\$ 3.807,96). O que sobrar após o abatimento do bônus entra como rendimento tributável. Se for mantida a mesma lógica a dupla isenção vai atingir quem ganha R\$ 5 mil ao mês.

Vale ressaltar, porém, que quem ainda trabalha ou tem outras fontes de renda, como aluguel, não tem direito à isenção extra sobre esses ganhos. Ou seja, a isenção só valerá sobre os proventos de aposentadoria ou pensão. E quem tiver mais de uma aposentadoria/pensão só poderá considerar isenta uma das parcelas, a outra entrará como tributável.

O professor de Contabilidade Tributária do Ibmecc/RJ, Paulo Henrique Pêgas, explica que hoje um aposentado de até 65 anos que ganha R\$ 2.500 líquido e não tem dedução recolhe, mensalmente, R\$ 44,70 de Imposto de Renda.

- Com a nova tabela, o imposto será zerado - avalia o professor.

A base de cálculo das outras faixas salariais do IR também vai mudar, dando mais alívio aos contribuintes. Pêgas dá outro exemplo:

- Um aposentado com mais de 65 anos, que ganha o teto do **INSS**, hoje de R\$ 6.433,57, também terá redução do imposto. Atualmente, ele paga R\$ 188,75. Caso o Congresso aprove a reforma, o recolhimento vai cair para R\$ 162,54.

As mudanças propostas pelo governo ainda estão abaixo do esperado, mas sinalizam um caminho que deve ser percorrido, segundo especialistas.

- Além de tributar dividendos, corrigir um pouco a tabela, tributar lucros no exterior, a proposta trouxe medidas que pegam grandes contribuintes, fundos fechados. (O texto) também corrige distorções que eram aproveitadas por planejamento tributário abusivo - avalia Kleber Cabral, presidente do Sindifisco Nacional.

Desencontro nos números informados

Um dado, no entanto, chamou a atenção no anúncio dessa segunda parte da **reforma tributária** apresentada pelo ministro da Economia, Paulo Guedes. O número de pessoas que seriam beneficiadas com a mudança no limite de isenção do Imposto de Renda da Pessoa Físicas (IRPF) de R\$ 1.903,98 para R\$ 2.500, segundo o ministro, chegaria a 16,3 milhões.

Mas, segundo dados compilados pelo **INSS**, o número de aposentados e pensionistas que recebem R\$ 2.500 chega a 23.683.780 de pessoas.

Questionados, o Ministério da Economia e a **Receita Federal** não responderam quantos contribuintes poderiam ser contemplados. Ou melhor: quantos declarantes de Imposto de Renda recebem até R\$ 2.500 por mês.

Para o deputado federal Alessandro Molon (PSB-RJ), a falta de transparência nos números têm sido constante nos anúncios do governo federal.

- Falta transparência. O governo precisa apresentar com clareza e precisão os dados em que se fundamentam suas propostas, para que possam ser melhor analisadas e debatidas. É o mínimo que se

espera de quem propõe mudanças que afetam a vida das pessoas - adverte Molon.

Ele cita como outro exemplo o total de beneficiados com o auxílio emergencial 2021.

- Em um primeiro momento, o governo anunciou que beneficiaria 46 mil pessoas. Logo depois corrigiu o valor para 44 milhões, e hoje o que vemos são 39,2 milhões de pessoas contempladas. Falta clareza - critica Molon, que não faz parte da comissão de discussão da reforma por ser líder da oposição.

Mudança no desconto simplificado

O projeto faz parte da segunda fase da **reforma tributária** e também limita o desconto simplificado de 20% na declaração de IR a quem ganha R\$ 40 mil por ano ou R\$ 3 mil por mês. Atualmente, não há limite.

O governo prevê deixar de arrecadar R\$ 43,1 bilhões em três anos com a atualização da tabela. Sendo R\$ 13,5 bilhões (2022), R\$ 14,2 bilhões (2023) e R\$ 15,4 bilhões (2024). Por outro lado, o governo prevê receber mais R\$ 900 milhões em **impostos** em 2022 com as mudanças.

- O total das medidas, considerando todo o projeto, vai ter um desempenho positivo de R\$ 900 milhões já no ano que vem. Para 2023, a previsão é de R\$ 330 milhões. Para o ano de 2024, de R\$ 590 milhões - disse Claudemir Malaquias, chefe de Estudos Tributários da **Receita Federal**.

O governo também fez mudanças no IR para empresas . O projeto prevê uma redução gradual da alíquota geral, que vai cair de 15% para 10% em dois anos. O corte será de 2,5 pontos percentuais a cada ano.

A alíquota adicional de 10% para lucros acima de R\$ 20 mil vai permanecer.

Como declarar a isenção de maiores de 65

E como o aposentado ou pensionista do **INSS** faz para declarar a isenção na declaração do **IR**? Tomando como base a declaração de 2021 (ano-base 2020), os maiores de 65 anos devem informar os dados no item Rendimentos isentos e não tributáveis . A ficha a ser preenchida fica no menu do lado esquerdo da tela do programa de preenchimento do IR.

Ao acessar essa tela, é preciso clicar em Novo e selecionar o código 10 - Parcela isenta de proventos de aposentadoria, reserva remunerada, reforma e pensão de declarante com 65 anos ou mais .

Em seguida, deve-se selecionar quem é o beneficiário da aposentadoria e informar o CNPJ e o nome da fonte pagadora da aposentadoria (seja o **INSS** ou órgão público ao qual está vinculado).

É necessário separar o valor do 13º salário dos demais rendimentos. Isso porque, normalmente, o informe de rendimentos fornecido pela fonte pagadora traz o valor total da Parcela isenta de aposentadoria , sem discriminar o 13º.

Pegue esse valor, deve-se dividir por 12 e informar o resultado no campo 13º salário . Depois, é preciso pegar o valor total, subtrair o 13º e informar o resultado no campo Valor . Para concluir o preenchimento da ficha, é necessário clicar em Ok .

Se o rendimento informado em Valor for superior ao limite R\$ 30 mil (que é igual a 12 vezes o montante de R\$ 2.500), o programa do IR vai abrir uma janela perguntando se o contribuinte quer que o programa transfira automaticamente a quantia que excedeu esse valor para a ficha de Rendimentos Tributáveis Recebidos de Pessoa Jurídica . Basta clicar em Sim e fazer o restante da declaração.

Site: <https://oglobo.globo.com/economia/inss-236-milhoes-de-aposentados-pensionistas-terao-isencao-de-ir-se-reforma-tributaria-passar-no-congresso-25091189>

Guedes quer que Bolsonaro escolha entre Bolsa Família, obras e reajustes



Bernardo Caram Fábio Pupo

Pressionada a implementar demandas eleitorais de Jair Bolsonaro, a equipe econômica quer que o presidente da República faça escolhas e deixe claro quais serão as medidas prioritárias para 2022. O argumento é que não há espaço suficiente no Orçamento e nem todos os pedidos poderão ser atendidos.

Até o momento, Bolsonaro já apresentou exigências de ampliação do Bolsa Família e liberação de verba para obras públicas. Aliados afirmam que ele também deseja reajustar os salários de **servidores públicos** no ano que vem. Além disso, quer uma reserva de recursos para eventual implementação do voto impresso.

Somadas, as medidas estourariam o teto de gastos, regra que limita o crescimento das despesas do governo à variação da **inflação**. Nesse cenário, o ministro Paulo Guedes (Economia) e membros da pasta querem que o presidente estabeleça prioridades e apenas autorize a implementação de parte das medidas.

A pasta defende que o reajuste a servidores seja deixado para depois. Auxiliares de Guedes argumentam que essa despesa é mais prejudicial às contas do governo do que investimentos, por exemplo, por se tratar de um gasto permanente que, além de comprimir o teto no ano que vem, se estenderá para os próximos anos.

Projeção do Ministério da Economia aponta que, após reajustar o teto de gastos no ano que vem e

comprometer a maior parte dessa margem com despesas obrigatórias, o governo ainda terá um espaço de R\$ 25 bilhões para gastar livremente em 2022.

Com a popularidade em baixa, Bolsonaro planeja implementar ações que gerem apelo popular e deem impulso para sua tentativa de reeleição no ano que vem.

Pesquisa Datafolha feita em maio mostrou que a aprovação do governo Bolsonaro ficou em 24%, patamar mais baixo desde o início do mandato do presidente. Em questionário do instituto sobre as eleições do ano que vem, o mandatário apareceu atrás do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

A principal ação em estudo pelo governo é a reformulação do Bolsa Família, que deve ser anunciada nas próximas semanas, com ampliação de público e do valor dos benefícios -o programa deve mudar de nome. A previsão mais recente era que apenas para essa expansão haverá um gasto adicional de aproximadamente R\$ 18 bilhões por ano.

Como mostrou a Folha, pela primeira vez no mandato de Bolsonaro, o governo incluiu na estrutura do Orçamento (para 2022) uma autorização de reajuste salarial aos **servidores públicos** federais. A medida contraria os discursos feitos por Guedes, que elegeu o gasto com pessoal como um dos principais alvos de suas ações de ajuste fiscal.

De acordo com estimativa interna do Ministério da Economia, para cada 1% de reajuste salarial aos servidores federais, haverá um gasto adicional de R\$ 3 bilhões ao ano. Se for autorizado um reajuste de 5%, por exemplo, o impacto anual será de R\$ 15 bilhões.

Membros da pasta que participam das discussões sobre o fechamento das contas do ano que vem afirmam, no entanto, que ainda não há definição sobre reajuste do funcionalismo em 2022.

No caso do voto impresso, o custo da mudança do sistema é estimado em R\$ 2 bilhões pelo TSE (Tribunal Superior Eleitoral). A ideia sofre com resistência de partidos.

"Pela primeira vez, vou falar que o Paulo Guedes vai

cumprir uma ordem minha, porque sempre eu discuto com ele. Paulo Guedes, se passar, você vai arranjar o recurso para que o voto auditável seja uma realidade em 2022", disse Bolsonaro em junho.

Com forte apelo eleitoral e potencial de favorecer aliados políticos, as obras públicas também sofrem com a falta de espaço no Orçamento. O presidente vem pressionando o ministro Paulo Guedes para encontrar recursos para esses empreendimentos.

Em junho, Guedes disse em audiência pública no Congresso que Bolsonaro cobrou mais verbas para o Ministério da Infraestrutura. "Nós vamos arrumar o dinheiro, mas aí é aquele negócio: como nós estamos ainda debaixo do teto [de gastos], dois minutos depois um outro ministro vai dar um pulo num outro lugar e falar: "Tiraram meu dinheiro daqui". Aí, tenho que dizer: "É a política, é a política"", disse na ocasião, se referindo a recursos para este ano.

Para 2022, o ministro terá que encontrar margem no teto de gastos para ampliar o volume de obras públicas. Considerada prioritária pelo governo, essa área ganhou inclusive um dispositivo especial no Orçamento de 2022.

No projeto que estabelece as diretrizes orçamentárias do ano que vem, o Ministério da Economia propôs que verbas de investimento de estatais, recuperação de rodovias e outras obras sejam executadas mesmo que haja atraso na aprovação das contas do ano pelo Congresso.

Segundo relatos, Guedes afirmou em reunião na pasta que Bolsonaro não fez pedido para que a regra do teto seja flexibilizada, medida que o ministro afirma não aceitar.

Integrantes da equipe econômica afirmam que a decisão final sobre o que fazer com os recursos em 2022 vai depender de uma constatação mais precisa sobre o tamanho do espaço do teto no ano que vem.

Ou seja, primeiro deve ser verificado quanto haverá de espaço no teto. Depois, as escolhas políticas sobre o que poderá ser feito com os recursos.

Já se sabe que haverá espaço no teto de gastos para novas despesas em 2022, mas o tamanho da folga ainda está em análise. Enquanto a equipe econômica cita o valor de R\$ 25 bilhões, especialistas chegam a calcular mais de R\$ 30 bilhões.

Influenciam a conta variáveis ainda não conhecidas com exatidão, como as novas despesas em gestação e a inflação.

Pelas regras, o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) em 12 meses a ser verificado ao fim de julho de 2021 reajustará o teto de gastos de 2022. Enquanto isso, o INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) de janeiro a dezembro deste ano determinará o tamanho do reajuste de grande parte das despesas obrigatórias para o ano que vem (como as aposentadorias).

A crise de energia e a perspectiva de mais elevação nos preços têm pressionado os números. Pelas regras, uma inflação mais agressiva ao fim do primeiro semestre e mais branda no fim do ano beneficia o governo nessa equação.

R\$ 25 bilhões

É a espaço previsto pelo Ministério da Economia no teto de gastos em 2022, margem que poderá ser usada livremente pelo governo

R\$ 18 bilhões

É o custo adicional previsto para 2022 com a reformulação do Bolsa Família, que será ampliado e mudará de nome

R\$ 3 bilhões

É o impacto estimado para cada 1% de reajuste salarial concedido aos servidores federais. Se reajuste for de 5%, por exemplo, custo será de R\$ 15 bilhões no ano

R\$ 2 bilhões

É o gasto previsto para eventual implementação do sistema de voto impresso, defendido por Bolsonaro. Medida sofre com resistência de partidos

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49579>

A dose e o veneno da reforma tributária (2)

» **LUIZ NICOLAEWSKY** -

Em meados do século 16, o médico e físico Paracelso disse que a diferença entre o remédio e o veneno é a dose. Em exagero, ambos podem matar. Em doses insuficientes, um não mata, e o outro jamais cura. Esse pensamento é particularmente adequado nesse momento em que se coloca em pauta a **reforma tributária**. A indústria brasileira " tendo o setor da cerveja como um grande player " está atenta aos principais movimentos da agenda de desenvolvimento econômico e social do país e um dos seus pontos mais importantes é a **reforma tributária**. Em discussão no parlamento, se bem conduzida, a reforma será fundamental para a retomada econômica, a geração de empregos e o aumento da renda da população brasileira pós-pandemia. Trata-se de um dos setores de extrema relevância no Brasil. Afinal de contas, somos o terceiro maior produtor de cerveja do mundo, com uma das cadeias produtivas mais extensas, que gera mais de 2 milhões de postos de trabalho, R\$ 25 bilhões por ano de **tributos** e representa pouco mais de 2% do **PIB**. Por este motivo, podemos afirmar que a indústria da cerveja é peça fundamental nesse processo de retomada do crescimento econômico. Neste momento tão particular e delicado, aprendemos a repensar nossas atitudes, rever nossos valores, viver com menos e de forma mais simples. E essa lógica precisa ser aplicada também ao nosso sistema tributário.

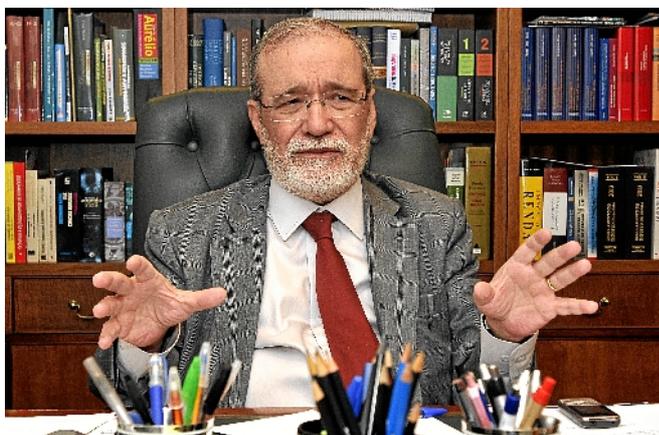
Avançar com a **reforma tributária** hoje no Brasil é urgente e crucial.

O setor apoia uma ampla **reforma tributária**, abrangendo todos os **tributos** sobre o consumo e que seja efetivamente transformadora, tendo como fim maior a simplificação de todo o sistema, a eliminação da burocracia e da insegurança jurídica, sem que se promova um aumento da atual carga impositiva, que já é uma das maiores do mundo. Para ir ainda mais fundo no tema, contratamos um estudo junto à Fundação Getúlio Vargas com o objetivo de mapear o setor e simular as propostas que se encontram em debate no Congresso Nacional. As simulações apontam que majorações na carga tributária vigente produziram consequências negativas não apenas para o setor, mas, em especial, para o país. Um potencial incremento, nos moldes do que tem sido preconizado e apresentado acarretará redução expressiva na renda, nos empregos, nos investimentos e na arrecadação por parte dos Estados e da União. Não é um prognóstico de uma única indústria. A cadeia

produtiva da cerveja começa no campo, passa por transporte, energia, veículos, alumínio e vidro, só para citar alguns exemplos. Ou seja, toda e qualquer iniciativa tem impacto, para o bem ou para o mal, nessa cadeia. Relembrando da analogia do filósofo Paracelso, é preciso conversarmos sobre a "dose" para que não haja exageros ou que as medidas sejam insuficientes. Apoiamos a **reforma tributária** ampla e abrangente, que traga simplificação e não aumento de carga. Não é hora de aumentar imposto. O momento agora é de acertar a dose para que o remédio não se torne veneno. Defendemos, por isso, a ampla discussão, a reflexão e a união para trabalharmos a favor de uma indústria nacional forte e colaborativa para reencontrar o caminho do crescimento de que tanto necessitamos.

Superintendente do Sindicato Nacional da Indústria da Cerveja (Sindicerv)

"É uma verdadeira contrarreforma tributária" - EIXO CAPITAL



ANA MARIA CAMPOS

"Pior impossível." Assim o ex-secretário da **Receita Federal** Everardo Maciel qualifica a nova proposta de **reforma tributária** enviada, na semana passada, pelo governo federal ao Congresso. Profundo conhecedor da máquina pública - já ocupou por quatro vezes a secretaria executiva de ministérios, além da Secretaria de Fazenda do DF -, Everardo enumera os problemas da nova proposta.

"Eleva a carga tributária de quase todas as empresas, especialmente as de porte médio, e de muitas pessoas físicas, aumenta a complexidade, estimula a litigiosidade, afugenta investidores estrangeiros, induz ao aumento do endividamento das empresas, desorganiza todo o sistema empresarial brasileiro e inviabiliza setores, como o imobiliário e o de prestação de serviços", explica, nesta entrevista à coluna.

Ele avalia, ainda, que não é o momento de fazer mudanças estruturais. "É hora de cuidar da pandemia

e da retomada da economia, o que requer mais inteligência do que tenho visto", diz. Também não acredita em um projeto suprapartidário, de união, para mitigar os efeitos dessa grande tragédia sanitária. "Isso seria desejável, porém é absolutamente inviável, considerado o atraso político do país, retratado pelo caudilhismo, anarquia partidária, corrupção política, etc."

Everardo vive, assim como muitos brasileiros, o luto pela perda de amigos. "Não sei o que seremos quando voltarmos, se é que voltaremos, à convivência que tínhamos. Certamente, não seremos os mesmos. Torço para que sejamos melhores." Considera que a pandemia deixou claro o descaso da humanidade com a "segurança planetária", que exige prevenção de pandemias e catástrofes naturais, atenção com o meio ambiente, correção das desigualdades entre pessoas e entre países, enfrentamento dos crimes contra a humanidade e o deslocamento abusivo de lucros dos grandes conglomerados transnacionais para paraísos fiscais, em desfavor, principalmente, dos países em desenvolvimento.

Como vê a perda de tantos brasileiros na pandemia?

Vejo com profunda tristeza. Perdi vários amigos. O mínimo que posso oferecer é minha solidariedade às famílias enlutadas.

Os governos deveriam ter mais céleres nas decisões?

Sei que se trata de doença nova, sobre a qual não se tem um verdadeiro conhecimento, mas graus variados de ignorância. A despeito disso, alguns governos reagiram com celeridade e eficácia, contrastando com outros que, por ignorância ou incapacidade administrativa, negligenciaram. No primeiro grupo estão, entre outros, Nova Zelândia, Coreia do Sul, Alemanha, Portugal e Estados Unidos, no governo Biden; no outro, Índia, Peru, Estados Unidos no governo Trump e, infelizmente, Brasil.

Que exemplo no mundo poderia ser usado no Brasil?

É difícil transpor experiências de um país para outro pela diversidade de condições econômicas e culturais, porém, se buscasse um exemplo, não hesitaria em lembrar as iniciativas tomadas pelo presidente Joe Biden, em termos de socorro às empresas e pessoas

vulneráveis, adoção de um arrojado programa de investimentos e, sobretudo, pela atenção total dada à vacinação.

Como a pandemia pode reforçar os valores humanistas da sociedade e que ensinamento este momento nos deixa?

A pandemia deixou claro o completo descaso da humanidade com o que denomino segurança planetária, consistindo na prevenção de pandemias e catástrofes naturais, a atenção com o meio ambiente, a correção das desigualdades entre pessoas e entre países, o enfrentamento dos crimes contra a humanidade e, não menos importante, o deslocamento abusivo de lucros dos grandes conglomerados transnacionais para paraísos fiscais, em desfavor, principalmente, dos países em desenvolvimento. A opção excessiva pela competição e pelo unilateralismo esmagou a colaboração e o multilateralismo. Em consequência, sofrem a humanidade e o planeta.

O que mudou na sua neste ano de pandemia?

Tudo. O isolamento social restringiu os contatos com familiares e amigos e alterou completamente a forma como trabalho, ministro aulas e conferências, etc. Não sei o que seremos quando voltarmos, se é que voltaremos, à convivência que tínhamos. Certamente, não seremos os mesmos. Torço para que sejamos melhores.

A importância da união em torno de um projeto suprapartidário para mitigar os efeitos da pandemia nos próximos anos é possível?

Isso seria desejável, porém é absolutamente inviável, considerado o atraso político do país, retratado pelo caudilhismo, anarquia partidária, corrupção política, etc.

A quem interessa uma **reforma tributária** a menos de um ano meio das eleições?

Há os que querem, por oportunismo, aproveitar-se do quadro de confusão institucional para fazer valer interesses privados, e há os que querem utilizar a tributação com fins eleitoreiros. Em ambos os casos, uma indignidade que desrespeita as crises múltiplas decorrentes da pandemia.

Qual a sua visão sobre o fatiamento da **reforma tributária**?

Reforma tributária é um processo que decorre da necessidade permanente de ajustar o sistema tributário às mudanças nas circunstâncias econômicas, sociais e políticas. Não é, pois, um

evento. Logo, será sempre fatiada.

Como avalia a possível recriação de um tributo nos moldes da antiga CPMF?

Não tenho restrições, em tese, à criação de um tributo sobre transações financeiras. A CPMF revelou-se um tributo eficiente, de baixo custo para o fisco e o contribuinte, sem litígios e nenhum efeito colateral perverso. É preciso ponderar, entretanto, que os tempos mudaram, e agora temos muitas inovações nas transações, a exemplo das criptomoedas, cujo tratamento tributário é ainda uma questão polêmica.

O atual modelo tributário inibe investimentos estrangeiros no país?

O que verdadeiramente inibe investimentos são a instabilidade institucional e a insegurança jurídica: a primeira resulta da inexistência de limites claros nas competências dos poderes e a segunda, das disfunções do processo, especialmente o tributário, e da precariedade da jurisprudência.

Simplificar o sistema, com a criação de um imposto único, seria a melhor solução? Muitas empresas reclamam do excesso de regras e da burocracia?

É simplismo imaginar que simplificação é juntar **tributos**. A excessiva burocracia é fruto de regras ultrapassadas. Trata-se, todavia, de questão estritamente administrativa e é, por essa via, que deve ser tratada. Quanto ao imposto único, é uma fantasia pobre que nenhum tributarista, em nenhum lugar do mundo, sequer cogita.

Qual seria, do seu ponto de vista, a reforma mais justa para a sociedade? Reformas devem resolver problemas bem formulados. Se não se conhecem os problemas, nenhuma reforma é justa ou necessária.

Por que o Brasil é um dos países com carga tributária mais elevada e um dos que prestam os piores serviços à população?

Carga tributária e qualidade dos serviços públicos são questões distintas. Carga tributária está associada ao tamanho do gasto público, que não necessariamente é o mais adequado. Há que se discutir, no caso, o tamanho do Estado. Tributo não é preço público. É certo que os serviços públicos brasileiros estão muito longe de representar um padrão de qualidade, porém melhorar essa qualidade não se deduz do tamanho da carga tributária.

Em muitos países, sempre que paga uma conta, a pessoa sabe exatamente quanto daquele valor é referente à cobrança de imposto. Isso é transparência.

O Brasil não deveria seguir o exemplo?

Não, essa é uma falsa questão. As pessoas querem saber o preço dos produtos que compram e não quanto é o percentual correspondente a **impostos**. Não sou contra o imposto por fora, mas essa não pode ser tida como uma razão a justificar uma **reforma tributária**. Alguém já deu alguma importância aos **tributos** expressamente destacados em uma conta de luz? Nenhum brasileiro aprecia a cobrança por fora das gorjetas em restaurantes, como ocorre em alguns países. Prefere o que acontece no Brasil, em que o valor da conta já embute a gorjeta. É mais prático, não é?

De que forma as mudanças nas regras tributárias podem favorecer a retomada da economia?

Depende das mudanças, mas essa não é hora de proceder a mudanças estruturais. É hora de cuidar da pandemia e da retomada da economia, o que requer mais inteligência do que tenho visto.

Que avaliação faz da **reforma tributária** encaminhada pelo governo ao Congresso Nacional na última sexta-feira? Vai haver elevação da carga tributária?

É uma proposta que eleva a carga tributária de quase todas as empresas, especialmente as de porte médio, e de muitas pessoas físicas, aumenta a complexidade, estimula a litigiosidade, afugenta investidores estrangeiros, induz ao aumento do endividamento das empresas, desorganiza todo o sistema empresarial brasileiro e inviabiliza setores, como o imobiliário e o de prestação de serviços. Pior impossível. É uma verdadeira contrarreforma tributária.

Dominguetti negociava doses da vacina Sputnik

Análises preliminares da CPI da Covid indicam 900 mensagens do celular de Luiz Paulo Dominguetti, nas quais o policial militar intermediou negociações de doses de vacinas da AstraZeneca e, o que ainda não tinha vindo à tona, também do imunizante Sputnik.

A partir do laudo da Polícia Civil, que será concluído esta semana, a CPI quer montar a rede de conexões de Dominguetti, representante da Davati Medical Supply, com integrantes do Ministério da Saúde, de outros endereços da Esplanada, de empresas com sede no Distrito Federal e demais regiões.

Nas conversas de WhatsApp com uma pessoa identificada como Odilon, que ele diz ter sido quem o apresentou aos interlocutores do ministério, há vários registros sobre preços de vacinas. O celular de Dominguetti pode ajudar a desvendar se houve realmente proposta de pagamento de propina na

venda de vacinas contra a covid-19 e até negociatas para dar robustez às investigações da CPI.

Casal de professores da UnB ganha prêmio O Eight, uma metodologia idealizada pelo professor de engenharia Ricardo Ramos Fragelli, da UnB Gama, e que contou com a colaboração da professora de enfermagem da UnB, câmpus Darcy Ribeiro, Thais Fragelli, venceu a 24ª edição do Prêmio Top Educacional Mário Palmério, da Associação de Mantenedoras de Ensino. Dentre os 120 projetos de todo o país, o Eight, que adota atividades gamificadas, talk-shows, edição de vídeos com questões da comunidade, foi aplicado em matérias da engenharia e de enfermagem pelos professores Fragelli, que são casados.

Adote um aluno

Quer fazer algo realmente útil? Adote um aluno que vai fazer o Enem. Em ação da Frente Parlamentar Mista da Educação, o deputado federal Professor Israel Batista lançou campanha para beneficiar estudantes carentes que perderam o direito à isenção da taxa de inscrição do Enem 2021 ao faltar à edição de 2020, realizada em meio à pandemia. A ação vai até quinta-feira, dia 8.

A czarina da diplomacia

Kátia Abreu quer fazer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado um dos principais polos da diplomacia parlamentar do país. Nessa toada, amanhã, às 9h, em novo formato de sabatina com definição de plano de trabalho, serão ouvidos os indicados para as embaixadas brasileiras: ONU, em Genebra, Tovar da Silva Nunes; em Moscou, Rodrigo de Lima Baena Soares; na OEA, em Washington, Otávio Brandelli; e, em Wellington, Marcos Arbizu de Souza Campos.

Veja como fica o IR para investidores na reforma tributária do governo

Júlia Moura

A proposta do governo federal que modifica o Imposto de Renda traz diversas mudanças para investidores, de modo a simplificar a tributação e aproximá-la da de outros países.

De acordo com o projeto apresentado pelo Ministério da Economia, os dividendos distribuídos por empresas a seus acionistas, hoje isentos de IR, passam a ser tributados em 20% na fonte. Há uma exceção de até R\$ 20 mil por mês em dividendos para microempresas e empresas de pequeno porte (as que têm faturamento anual de até R\$ 360 mil e R\$ 4,8 milhões, respectivamente).

Já os JCP (juros sobre capital próprio), hoje tributados em 15% na fonte para os investidores, deixariam de existir.

Hoje, eles são computados como despesas pelas empresas, antes do cálculo do lucro líquido, não sendo tributados pela CSLL (Contribuição Social sobre Lucro Líquido). É uma forma da companhia pagar menos **impostos**, já que as empresas de capital aberto são obrigadas a distribuir no mínimo 25% do seu lucro aos acionistas.

A distribuição de proventos de FII's (Fundos de Investimento Imobiliário), hoje isenta para fundos com mais de 50 cotistas, ou seja, os disponíveis para qualquer investidor, também passaria a ser tributada, com alíquota de 15% na fonte.

Dividendos isentos e o uso de JCP foram adotados nos anos 1990 como incentivo para as companhias de capital aberto e para o mercado de renda variável. O mesmo aconteceu com os FII's, que eram um suporte ao mercado imobiliário.

Segundo defensores do projeto, o mercado se desenvolveu muito desde então, o que deixaria os incentivos fiscais menos necessários, em um contexto em que as contas públicas se deterioram rapidamente.

"O governo disse que manteria benefícios para os setores imobiliário e do agronegócio, importantes para a criação de emprego, mas, taxando os FII, reduzem o financiamento de um setor", diz Ana Cláudia Akie Utumi, sócia-fundadora de Utumi Advogados.

Ela aponta que há dúvidas sobre outros dois instrumentos de financiamento destes setores, a LCI (Letra de Crédito Imobiliário) e a LCA (Letra de Crédito do Agronegócio), que hoje são isentos de IR. "No projeto apresentado não está claro como ficam, é possível que percam a isenção", diz Ana Cláudia.

Ainda se discutia uma possível tributação dos também isentos CRI (Certificados de Recebíveis Imobiliários) e CRA (Certificados de Recebíveis do Agronegócio), mas eles ficaram de fora do projeto.

Especialistas apontam que as alíquotas propostas pelo governo devem sofrer alterações. O mercado aposta em uma taxa de 15% para dividendos, correspondente à cobrança atual sobre os JCP.

"O governo passou com uma gordura mesmo. A única certeza que eu tenho é que não é da forma que foi apresentado que [o projeto] vai passar", diz Victor Hasegawa, gestor de ações da Infinity Asset.

Ele diz que uma forma que as empresas têm de contornar o fim do JCP e o IR sobre dividendos é remunerar o acionista por meio de recompra de ações. Ao adquirir os papéis em circulação e cancelá-los, a empresa concentra o capital e aumenta o valor das ações restantes, fazendo com que os papéis detidos pelos investidores valham mais.

"A empresa também pode remunerar os investidores reinvestindo em si, crescendo, e gerando mais lucro", diz Hasegawa.

Além disso, o governo propôs a redução da alíquota do IR de empresas dos atuais 15% para 10%, o que também pode ampliar o lucro. De acordo com especialistas, porém, a tributação sobre dividendos pode fazer com que as empresas paguem mais **impostos** no total do que pagam hoje, mesmo com um IR menor.

Outra mudança para os investidores é no day trade (compra e venda da ação no mesmo dia) e na venda de cotas de FII's. Estas operações são tributadas em 20%, mas, segundo a proposta, serão tributadas em 15%, como o swing trade (as compras e vendas de ações em dias alternados).

Hoje, é preciso pagar o IR sobre estas operações mensalmente por Darf (documento de arrecadação de receitas federais) caso a venda de papéis no período supere R\$ 20 mil. Abaixo deste valor, o lucro é isento de imposto, mas ainda deve ser declarado.

Para calcular o lucro mensal, contabilizando os lucros e prejuízos de cada operação, se separa o day trade do swing trade atualmente. O plano do governo é unificar as duas operações neste cálculo.

O governo também pretende mudar a tributação de mensal para trimestral, elevando a isenção para uma soma de vendas até R\$ 60 mil no período.

"Resolveram simplificar e juntaram o day trade com outras operações, mas a sistemática de apuração de ganhos e perdas fica a mesma. Ao invés de fazer uma conta mensal, faço trimestral. E não são mais doze contas no ano, e sim quatro", diz Ana Cláudia.

Caso o investidor esqueça de recolher o IR sobre renda variável mensal, que tem o prazo de pagamento até o último dia útil do mês seguinte ao da apuração do lucro, há multa e juros.

A multa é de 0,33% por dia de atraso, limitado a 20% e um juro, que consiste na soma da taxa Selic do mês seguinte àquele do vencimento do tributo até a taxa Selic do mês anterior ao que será feito o pagamento, e acrescenta-se a esta soma 1%, que é referente ao mês de pagamento.

O percentual dos juros de mora é aplicado sobre o valor do tributo ou contribuição devido. Não há cobrança para pagamentos feitos dentro do próprio mês de vencimento. Por exemplo, se o tributo vence em 21 de novembro, e, se pagar até 30 de novembro, não pagará juros de mora, apenas a multa de mora.

Segundo a proposta de mudança tributária do governo, o IR para renda fixa também mudaria, com produtos como Tesouro Direto e CDB, com alíquota única de 15%. Atualmente há um escalonamento em função da duração da aplicação: 22,5% até 180 dias; 20% de 181 a 360 dias; 17,5% de 360 a 720 dias e 15% em resgates após 720 dias, de modo a incentivar investimentos de longo prazo.

Fundos que também seguem a tabela regressiva - renda fixa, multimercados, crédito privado, cambiais e ouro- terão alíquota única de 15% em todo novembro (come-cotas) ou no resgate, se igualando ao IR sobre fundos de ações e ETFs (fundos de índice) de ações, que têm IR de 15% no resgate.

Assim, acabaria o come-cotas de fundos em maio. O come-cotas é uma antecipação obrigatória do IR que

atualmente acontece uma vez por semestre, sempre nos últimos dias úteis de maio e novembro.

Nesta cobrança, o número de cotas na carteira do investidor diminui automaticamente de acordo com a menor alíquota do IR correspondente (no caso dos fundos de curto prazo, 20% e nos de longo prazo, 15%).

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49579>

Veja o que muda no Imposto de Renda para investidores segundo a proposta do governo federal

	Como é a tributação de IR hoje, em %	Como ficaria, em %
Distribuição de proventos de FII		
Fundos sem dispersão (até 50 cotistas)	20	15
Fundos com dispersão (mais de 50 cotistas)	0	15
Dividendos	0	20
Renda fixa	De 22,5 a 15 Tabela regressiva, de acordo com prazo para saque	15 Independente do prazo de resgate
Day trade	20	15
Cálculo do ganho líquido para pagamento de Darf	Mensal, acima de R\$ 20 mil, separando swing trade de day trade	Trimestral acima de R\$ 60 mil, unificando swing trade e day trade
Swing trade: vender uma ação pelo menos um dia depois da compra		
Day trade: comprar e vender uma ação no mesmo dia		
JCP	15 Na fonte	Fim do JCP
Come cotas para fundos de renda fixa, cambiais, multimercado, de crédito privado e de ouro	Em maio e em novembro	Apenas em novembro
Não mudam com a proposta	Como é a tributação de IR hoje, em %	
Fundos de renda variável	15 Sem come cotas	
Ganho com ações em Bolsa	15	
CRI e CRA	Isentos de IR	

Fonte: governo federal

Frente se opõe à reforma tributária do governo - COLUNA DO ESTADÃO

ANDREZA MATAIS - MARCELO DE MORAES

Lançada com apoio de 200 congressistas, a Frente Parlamentar pelo Brasil Competitivo já tem sua primeira missão: combater a reforma tributária enviada pelo governo ao Congresso. "Além de não resolver problemas estruturais, como a própria existência do ICMS nos moldes atuais e a diferenciação entre bens e serviços, o texto traz consigo problemas que vão na direção contrária à redução do custo Brasil: há claro aumento da complexidade e do custo tributário brasileiro", diz nota da frente, cujo presidente é o deputado Alexis Fonteyne (Novo-SP).

» Check... O documento da frente parlamentar cita ao menos características negativas da proposta, na visão dos parlamentares.

» ...list. Entre elas, aumento da carga e da complexidade tributárias, da insegurança jurídica e redução da neutralidade alocativa (bens e de serviços).

» É ruim. O objetivo da frente é melhorar o ambiente de negócios e reduzir o custo Brasil. Estudo do Ministério da Economia em parceria com o Movimento Brasil Competitivo calcula que esse custo chega a 22% do PIB, ou R\$ 1,5 trilhão.

» Lembra? A insatisfação gerada no setor produtivo com a reforma tributária enviada soou como música para os ouvidos de críticos do presidente. O empresariado é importante parcela de apoio do governo.

» Bola... Na sexta-feira, 2, quando completou 49 anos, Rogério Caboclo recebeu telefonemas e visitas de dirigentes do futebol que prometeram apoio ao presidente da CBF, afastado após denúncia de assédio.

» ...pra... A interlocutores, Caboclo disse ter o compromisso de votos suficientes para reassumir seu posto.

» ...frente. Um dos motivos: para presidentes de federações de futebol, o uso de um artigo do estatuto da CBF que permitiu a subordinados afastarem Caboclo abre precedente para que manobras

semelhantes se repitam nos Estados.

» Quem decide. Qualquer decisão da Comissão de Ética da CBF será submetida aos 27 presidentes de federações estaduais. Basta o apoio de apenas seis deles para conduzi-lo ao cargo.

» Alguém... Mais de cinco anos se passaram desde que as fraudes da Gestora Silverado deixaram um prejuízo de mais de R\$ 500 milhões. Os envolvidos permanecem impunes, e as vítimas, sem ressarcimento.

» ..se lembra? Segundo o MPF, as fraudes em fundos de direitos creditórios (FIDCs) ocorreram entre 2013 e 2016 em três fundos geridos pela Silverado Gestão de Investimentos Ltda., dirigida por Manoel Teixeira de Carvalho Neto.

» Tudo... As investigações apontaram que, durante todo o período, os administradores (Gradual e BNY Mellon) e custodiantes dos fundos (Deutsche Bank e Santander Securities) agiram de maneira temerária.

» na mesma. Na esfera cível, a fase é de perícia. Na criminal, Carvalho Neto e executivos foram denunciados, mas ainda não há previsão de julgamento.

» Pix. Presidente da comissão que analisa a PEC da reforma administrativa, Fernando Monteiro (PP-PE) resume sua visão do tema: implementar o conceito do Pix no serviço público, ou seja, mais eficiência na ponta para o cidadão.

» CLICK. O governador Eduardo Leite (RS) fez pré-campanha em dia de expediente: na sexta-feira, 2, se reuniu com o PSDB de Santa Catarina, junto de Rodrigo Castro.

» SINAIS PARTICULARES. Fernando Monteiro, deputado federal (PP-PE)

PRONTO, FALE!!

Alexandre Baldy

Secretário estadual de Transportes Metropolitanos

"Toda causa é perdida, quando a violência é um meio

para se atingir o objetivo! Lamentável!", sobre violência e vandalismo no metrô após protestos.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

O "não reajuste" do Imposto de Renda (2)

RAFAEL PASCHOARELLI

Sucessivos governos vêm se apropriando da renda do trabalhador de forma escancarada, deixando o sistema tributário ainda mais regressivo. De forma escancarada, pois é notório que a faixa de isenção de IRRF (Imposto de Renda Retido na Fonte) dos assalariados não foi devidamente corrigida desde 1996, pelo menos.

A regressividade aumenta porque o não ajuste da tabela do IRRF atinge de forma mais contundente as camadas da população com menores salários. Passar a pagar IR pelo simples fato de o salário ter sido corrigido pela inflação, e a tabela de isenção não ter sido, é injusto. Significa menos comida na mesa.

Ao não reajustar a tabela de IR dos assalariados, o governo se apropriou e continua se apropriando indevidamente de uma parcela considerável da renda do trabalhador. Alegar que precisa repor a perda de receita decorrente do reajuste da faixa de isenção é, para dizer o mínimo, um insulto à inteligência do contribuinte.

Vamos aos números: Em 1996, a faixa de isenção para os assalariados era de R\$ 900.

Se fossem devidamente corrigidos pelo IPCA (índice oficial de inflação), os mesmos R\$ 900 estariam em R\$ 4.149 em maio de 2021. A título de comparação, se corrigido pelo IGP-M desde 1996, a faixa de isenção de IR chegaria a R\$ 7.639! Atualmente, a faixa de isenção para os assalariados é de R\$ 1.903,98, e o governo propõe reajustar a faixa de isenção para R\$ 2.500, muito abaixo dos R\$ 4.149.

Não é exagero dizer que, enquanto a tabela de IRRF não for atualizada automaticamente, independentemente da boa vontade do governante ou do Congresso, a renda do trabalhador assalariado continuará a ser expropriada. Este efeito é tão ou mais intenso quanto maior for a inflação, atingindo de maneira mais incisiva os assalariados de menor renda.

Na proposta de reforma tributária apresentada no dia 25 de junho, o governo alegou que precisa compensar a perda de arrecadação com o ajuste da tabela do IRRF.

Conforme explanado, não é exatamente uma perda de receita, dado que o governo já se apropriou indevidamente da renda do trabalhador. Suponhamos

que outros setores sejam tributados para financiar as "perdas" de receita ao elevar, ainda que parcialmente, o patamar de isenção de IR para os trabalhadores.

Suponha também que o ajuste das faixas de isenção continue a não ser automático, exatamente como é hoje.

Mais alguns anos se passarão sem que a tabela do IRRF seja reajustada e, digamos, que em 2026 o novo governante se disponha a reajustar a faixa de isenção. Agora, tente adivinhar o que ele/ela candidamente argumentará para fazer este ajuste?

Acertou na mosca quem disse que o governante de plantão dirá que, para aumentar a faixa de isenção dos assalariados, será necessário tributar "um pouco mais" outros segmentos mais aquinhoados da sociedade.

Este processo simplesmente não terá fim!

Concluo enfatizando que, enquanto o ajuste da tabela de IRRF não for anual e automático, a renda do trabalhador continuará sendo tungada e o governo terá mais pretextos para aumentar a carga tributária da sociedade como um todo, usando como justificativa a necessidade de repor as "perdas" de receita advindas do reajuste da tabela do IRRF.

PROFESSOR DE FINANÇAS DA FEA-USP E DO INSPER E DIRETOR DO COMDINHEIRO

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Alíquota de 3% do Reintegra elevaria PIB, defende CNI

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186938?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186938?page=1§ion=1

Desgaste político ameaça reforma tributária

Maria Cristina Fernandes São Paulo

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186938?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186938?page=1§ion=1

Guedes diz que, se houver erro na dose , governo vai consertar reforma do Imposto de Renda

O ministro da Economia, Paulo Guedes, disse ao blog que o governo está disposto a consertar, durante a tramitação no Congresso Nacional, eventuais erros na reforma do Imposto de Renda para pessoas físicas e jurídicas - um dos pontos da reforma tributária.

Se tiver erro na dose, vamos consertar, não temos compromisso com erros. Mas a reforma está na direção certa, tributar rendimentos de capital e desonerar empresas e assalariados , declarou o ministro.

Guedes negou que haja intenção de aumentar a carga tributária, como vêm dizendo alguns tributaristas nos últimos dias.

Segundos os cálculos desses especialistas, a reforma do governo aumenta não só a tributação dos rendimentos de capital, mas também de empresas e assalariados.

Nosso objetivo é a neutralidade, desonerar empresas e assalariados para estimular a economia e tributar rendimentos de capital. O Brasil, por exemplo, não tributa distribuição de dividendos, enquanto o mundo todo tributa. Precisamos corrigir isso, abrindo espaço para diminuir o Imposto de Renda das empresas , afirmou.

Questionado sobre críticas de que o governo estaria dando com uma mão e tirando com a outra no caso dos assalariados, Paulo Guedes disse que o tema será analisado e, se houver necessidade, corrigido.

Na proposta enviada ao Congresso, o governo aumentou a faixa de isenção do Imposto de Renda da Pessoa Física, mas limitou o uso do desconto simplificado na declaração anual.

Essa mudança, segundo tributaristas, vai acabar aumentando, no ajuste anual, a tributação sobre uma parcela expressiva de assalariados.

Ou seja, o governo faria um gesto na direção da classe média de um lado e acabaria prejudicando esse grupo de outro. Se realmente ocorreu, temos de consertar também , diz Paulo Guedes.

O presidente da Câmara, Arthur Lira, disse ao blog que a Câmara dos Deputados está fazendo as contas para não errar ao comentar as críticas de especialistas à proposta do governo.

Lira já disse que a Câmara pode reduzir, por exemplo, de 20% para 15% a tributação de IR sobre distribuição de dividendos, que hoje é isenta.

Arthur Lira disse ainda que os líderes vão decidir até esta terça-feira (6) se a proposta será votada antes ou depois do recesso, que começa na segunda quinzena de julho.

O que é importante é que vamos votar as reformas. Há grandes interesses que começam a tentar barrá-las , afirmou o presidente da Câmara.

Site: <https://g1.globo.com/politica/blog/valdo-cruz/post/2021/07/05/guedes-diz-que-se-houver-erro-na-dose-governo-vai-consertar-reforma-do-imposto-de-renda.ghtml>

Pacheco defende urna eletrônica e diz que impeachment não pode ser banalizado

Vinícius Valfré

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), defendeu a manutenção do atual sistema eletrônico de votações, em entrevista à CNN Brasil exibida na noite deste domingo, 4. O senador declarou que não identifica indícios de fraudes em eleições e que confia na Justiça eleitoral.

A minha posição é de plena confiança na Justiça eleitoral brasileira. Não identifico indício algum de fraude nos resultados eleitorais do Brasil. Portanto, essa é uma opinião que tenho, que o sistema eleitoral deveria continuar pelo sistema eletrônico. No entanto, como presidente do Senado, devo permitir que as divergências possam coabitar e discutir um resultado que seja eventualmente diferente daquilo que eu prego ou penso, disse.

A manifestação contraria o presidente Jair Bolsonaro, que vem lançando, sem qualquer evidência, suspeitas sobre o processo eleitoral com urnas eletrônicas e defendendo a adoção de um sistema de voto impresso.

Na entrevista, Pacheco voltou a dizer que o impeachment não pode ser banalizado. É um instituto que existe no ordenamento jurídico e que gera muita desestabilização. Acaba sendo uma ruptura, de modo que tem que ser tratado com muita responsabilidade, sobretudo no momento em que o Brasil precisa de união, pacificação e consenso, disse.

O senador defendeu, ainda, a aprovação de uma **reforma tributária** que não aumente a carga tributária. É fundamental que o Poder Executivo se faça presente, porque é o ente que arrecada, mas também é um papel do Congresso Nacional, de apresentar uma fórmula, uma proposta, que signifique desburocratização, simplificação, que combata algo muito grave hoje, que é a desigualdade.

Rodrigo Pacheco também manifestou preocupação com o avanço de uma reforma administrativa. Há resistência na base do governo. Isso pode pesar muito porque o Congresso é formado pelo critério da maioria, disse.

Site: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2021/07/05/pacheco-defende-urna-eletronica-e>

diz-que-impeachment-nao-pode-ser-banalizado.htm

Reforma elevaria imposto de média e grande empresa em até 72%, diz entidade

Giulia Fontes

Cálculos do IBPT (Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação) apontam que a proposta de **reforma tributária** do governo, que inclui alterações no IR (Imposto de Renda), deve aumentar em até 71,5% o imposto pago por médias e grandes empresas.

O projeto do governo para o IR reduz o imposto pago pelas empresas, mas institui uma nova tributação, sobre lucros e dividendos, que recairia sobre os sócios. De acordo com especialistas, a diminuição não compensa o aumento, e o resultado é uma carga tributária maior, que acaba onerando as empresas.

Questionado pelo UOL, o Ministério da Economia afirmou que não é possível fazer uma equivalência entre as duas tributações, somando o IR pago pelas empresas e pelos sócios na distribuição de dividendos, porque são tributações distintas sobre pessoas diferentes.

Hoje, a tributação das empresas ocorre da seguinte forma:

A proposta do governo reduz a alíquota do IR em duas etapas. Em 2022, passaria de 25% para 22,5%. Ao final, em 2023, o resultado seria o seguinte:

As contas do IBPT também levaram em consideração a primeira etapa da reforma do governo, que une PIS e Cofins em um único tributo, a CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços).

O instituto calculou o possível impacto da reforma para dois tipos de empresa: as que declaram IR pelo sistema de lucro presumido (uma forma simplificada) e pelo de lucro real. As contas também levaram em consideração as duas fases de redução da alíquota, em 2022 e 2023.

No caso do lucro presumido, a simulação foi para uma empresa com faturamento de R\$ 100 mil e despesas de R\$ 60 mil. No sistema atual, essa empresa pagaria R\$ 8.880 em **tributos**. Os resultados foram os seguintes aumentos de **impostos**:

Para o sistema de lucro real, o IBPT considerou uma empresa com receita bruta de R\$ 1 milhão e despesas de R\$ 700 mil. Hoje, os **tributos** somam R\$ 87.450.

Pelas novas regras, os novos valores seriam os seguintes:

A nova regra proposta pelo governo prevê que ficariam isentos de IR os lucros e dividendos distribuídos por microempresas ou empresas de pequeno porte até o limite de R\$ 20 mil por mês. Por isso, tendem a ser mais afetadas as empresas médias e grandes.

Mesmo assim, segundo Gilberto Luiz do Amaral, presidente do Conselho Superior do IBPT, algumas pequenas empresas também podem ser atingidas, principalmente as que estão perto do limite máximo de faturamento permitido no Simples (o regime de cobrança de **impostos** aplicado a micro e pequenas empresas).

Para ele, não faz sentido o argumento do Ministério da Economia de que a tributação de lucros e dividendos não pode ser somada ao IR das empresas, por incidir na pessoa física.

Caio Takano, professor do Ibmec em São Paulo, afirma que o projeto poderia ter seguido o modelo aplicado em outros países, como os EUA, para a tributação de dividendos.

Nesses lugares, a cobrança de imposto é progressiva, ou seja, quanto mais dividendos uma pessoa recebe, maior é a alíquota do tributo. Na proposta do governo, a taxa de 20% é uniforme, independentemente do valor recebido.

Para Elisabeth Libertuci, advogada e sócia da Lewandowski Libertuci Advogados, o projeto aumenta a carga tributária em todos os níveis, e tem um caráter arrecadatório.

A questão principal, segundo ela, é que a redução no Imposto de Renda de empresas, de 5% em 2023, não é proporcional à tributação dos dividendos, de 20%.

Na quinta-feira (1º), o ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou que o governo está recalculando as alíquotas propostas na reforma do IR. Ele também já disse que o corte na alíquota do Imposto de Renda de empresas pode ser maior do que o proposto no texto do governo, chegando aos 10%.

Em nota ao UOL, o Ministério da Economia afirmou

que a reforma foi idealizada com a diretriz de não elevar a carga tributária e de não comprometer as metas de resultado do governo. Disse, ainda, que não é possível fazer uma equivalência entre a cobrança do IR sobre pessoas jurídicas e a taxaço de dividendos, já que são tributaçoes distintas sobre pessoas diferentes .

Site:

<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2021/07/05/ir-imposto-de-renda-empresas-reforma-governo-bolsonaro.htm>

Entenda os riscos e os impactos da 2ª fase da reforma tributária

Por Valor - São Paulo

Veja a matéria no site de origem:

<https://valorinveste.globo.com/mercados/brasil-e-politica/noticia/2021/07/05/entenda-os-riscos-e-os-impactos-da-2a-fase-da-reforma-tributaria.ghtml>

Site: <https://valorinveste.globo.com/mercados/brasil-e-politica/noticia/2021/07/05/entenda-os-riscos-e-os-impactos-da-2a-fase-da-reforma-tributaria.ghtml>

Saúde propõe à ANS incluir imunizante contra Covid no rol de planos

Natália Cancian

O Ministério da Saúde enviou à ANS (Agência Nacional de Saúde Suplementar) um ofício em que pede que a agência avalie incluir vacinas contra Covid no rol dos planos de saúde -lista que contém os itens de cobertura obrigatória a usuários desses serviços.

A Folha teve acesso ao documento com a proposta, assinado pelo secretário de ciência e tecnologia da pasta, Helio Angotti, e enviado em 30 de junho.

A medida ocorre após a Conitec, comissão que avalia incorporação de medicamentos e tecnologias no SUS, decidir por incorporar as vacinas da Fiocruz/AstraZeneca e Pfizer na lista da rede pública.

A decisão por centralizar a análise nas duas vacinas ocorreu por serem as primeiras com registro na Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária), o que indica aval mais longo para sua utilização.

"Um dos critérios para inclusão de qualquer tipo de produto na saúde suplementar é a aprovação na Conitec. Por isso vamos encaminhar os relatórios à ANS para que analisem", disse à Folha o ministro da Saúde, Marcelo Queiroga.

Segundo ele, o parecer caberá à diretoria da agência. "Mas entendo que é vantajoso."

Recentemente, o ministro já vinha mencionando a possibilidade de sugerir a inclusão da vacina contra Covid no rol dos planos de saúde, mas a proposta ainda não tinha sido concretizada.

Na prática, segundo o ministro, a medida abre dois caminhos. O primeiro seria uma obrigação das operadoras ressarcirem ao SUS por doses aplicadas em seus usuários assim que a medida passar a valer.

Outro caminho seria a própria oferta pelos planos. Atualmente, o setor soma 48 milhões de usuários.

"Nesse momento os planos conseguem adquirir? Não. Mas os beneficiários que estão recebendo doses os planos vão ressarcir. Em um momento diferente, onde se tenha a vacina para a iniciativa privada adquirir, podem tomar a decisão deles", disse.

Atualmente, o rol de procedimentos de cobertura obrigatória nos planos não inclui oferta de nenhuma vacina -estratégia que é concentrada no país em geral no Programa Nacional de Imunizações, reconhecido internacionalmente, e em algumas clínicas privadas.

Questionado pela reportagem sobre o que levou a enviar a proposta, Queiroga diz que a ideia é abrir o debate sobre o tema após análise da Conitec apontar que as vacinas são "custo-efetivas".

O comitê apontou que as vacinas podem trazer uma economia de até R\$ 150 bilhões na prevenção da doença. O cálculo considera um período de cinco anos.

"Qualquer tecnologia que é aprovada pela Conitec é automaticamente considerada pela saúde suplementar. E as vacinas hoje têm um papel importante, porque a Covid leva a colapso do sistema de saúde de forma geral, não só no sistema público", afirma.

Representantes de operadoras de planos de saúde questionados pela Folha, no entanto, dizem que a possibilidade de inclusão os imunizantes no rol deve aumentar custos a usuários e pode desorganizar a vacinação -uma vez que a inclusão no rol traria uma obrigação de oferta, por exemplo.

Marcus Pestana, assessor especial da presidência da Abrampe (Associação Brasileira de Planos de Saúde), diz ver na proposta ameaça à equidade social e problemas "econômicos" e "operacionais".

"Se é uma coisa que atinge universalmente a todos, não seria justo introduzir no rol, porque induziria a um privilégio. A fila de vacinação tem critérios epidemiológicos, e não de renda", aponta.

"O vírus não distingue quem tem contrato de saúde suplementar e quem se cuida no SUS. Vamos discriminar os mais pobres ofertando [vacina] nos planos?"

Ele afirma que a lógica da incorporação de uma vacina seria diferente da adotada para outros tratamentos e procedimentos no rol, em que margens diferentes de uso diminuem impacto nos custos.

"Já a vacina, como todo mundo vai usar, seria o mesmo que dividir o custo entre todos. No fim, é como se a pessoa estivesse pagando do seu bolso."

Outro problema, alega, é a baixa disponibilidade de doses para compra, argumento citado também pela FenaSaúde, que representa os 15 maiores grupos de planos de saúde.

Em nota, o grupo diz que a medida desvirtua a lógica do Programa Nacional de Imunizações e pode ser "ineficaz", uma vez que "não irá aumentar a disponibilidade de vacinas".

"As maiores e melhores fabricantes já manifestaram que não venderão vacina contra a Covid para o sistema privado nesta fase da pandemia", diz a federação, segundo quem "qualquer incorporação ao rol de cobertura significa aumento de despesas assistenciais e reajuste das mensalidades."

"Os beneficiários de planos de saúde devem ter ciência de que ou pagarão a vacina na forma de **tributos**, como é hoje no SUS, ou pagarão na forma de **tributos** e também de mensalidades mais caras."

Antes de ser sugerida pela Saúde, no entanto, proposta de avaliar a inclusão da vacina no rol já havia sido aventada por outros setores, chegando a constar de um ofício apresentado pelo MPF (Ministério Público Federal) à ANS em dezembro de 2020 e levado para reunião com a agência em fevereiro.

Na época, a câmara do consumidor e ordem econômica do órgão defendeu que a hipótese é "tema que deve ser enfrentado tecnicamente, com ampla discussão setorial e na sociedade, de modo a examinar viabilidade e compatibilidade entre um eventual esforço privado e o Programa Nacional de Imunização."

Questionado, o MPF diz manter a posição.

Para Mário Scheffer, professor da Faculdade de Medicina da USP, uma possível inclusão no rol seria "temerária" e "inadequada" e colocaria o país na contramão mundial.

"A imensa maioria dos países mantém programas governamentais, únicos e públicos de vacinação contra a Covid-19. Mesmo em sistemas de saúde onde predominam planos, como nos Estados Unidos, a vacinação é pública e a participação do setor privado se limita à logística."

Outro fator, aponta, seria o risco de gerar "uma fila dupla" e "tumultuar ainda mais a vacinação" -em um contexto em que o plano de vacinação já vive um

cenário de atrasos, com apenas 17% dos adultos vacinados com duas doses.

"Não faltam recursos públicos para vacinas, faltam doses e coordenação", afirma.

Em nota, a ANS confirma ter recebido o ofício do ministério e diz que "dará atenção à questão", "verificando junto à coordenação do Plano Nacional de Imunizações a conduta mais adequada frente ao quadro de novas infecções."

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49579>

Implementar acordo de taxação global em 2023 será um desafio

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186938?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186938?page=1§ion=1

Com distritão, Câmara teria aumento de homens brancos, mais velhos e reeleitos, aponta levantamento

Bernardo Mello

RIO - O distritão, sistema em debate na **reforma política** que tramita na Câmara, teria favorecido a eleição de deputados federais homens, brancos, de meia-idade e com mais recursos e bagagem política caso estivesse em vigor em 2018. A constatação foi feita pelo GLOBO a partir de levantamento com base em uma ferramenta, criada pelo movimento de renovação política RenovaBR, que simula os resultados da última disputa por cadeiras na Câmara e nas assembleias legislativas caso os mais votados em cada estado fossem eleitos, como prevê o distritão, sem levar em consideração quociente partidário e votos de legenda, como ocorre no sistema proporcional em vigor.

Segundo o levantamento do GLOBO, que considera o "perfil médio" dos deputados eleitos em 2018 de acordo com dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), com o distritão subiria de 63 para 78, uma variação de 24%, o número de parlamentares do sexo masculino e que se declaram brancos, acima de 55 anos, que já estavam no exercício do mandato e gastaram mais de R\$ 500 mil para se reelegerem. Para especialistas, esta simulação sugere que o distritão dificulta a renovação e o aumento da diversidade no Legislativo, por favorecer nomes mais conhecidos e máquinas partidárias mais robustas.

No sistema proporcional, a distribuição de vagas considera a fatia de cada partido dentro do quociente eleitoral, que é calculado pela relação entre o total de votos válidos e as cadeiras disponíveis. São considerados também a ordem de votação dos candidatos dentro das siglas e o percentual de eleitores que digitou o número da legenda na urna. Por conta disso, nem sempre os candidatos individualmente mais votados ocupam as cadeiras disponíveis. Defensores deste sistema dizem que ele valoriza os partidos e favorece a pluralidade dos eleitos, enquanto o distritão tornaria as campanhas mais caras e personalistas.

- É claro que uma simulação não capta todas as mudanças de estratégia que ocorreriam em um sistema distinto, mas é interessante como, no distritão,

sempre que aparece viés é algo pró-establishment. Há um aumento de homens mais velhos e que já ocupam cargo, em detrimento de mulheres e negros. Isso gera mais concentração de poder, dá mais força a quem já tem - avaliou o cientista político Cláudio Couto, da Fundação Getulio Vargas (FGV).

De acordo com a diretora-executiva do RenovaBR, Irina Bullara, a ferramenta tem o intuito "pedagógico" de contribuir, com números, para o debate sobre prós e contras da eventual adoção do distritão. Ela afirma que deve apresentar o simulador para a deputada federal Renata Abreu (Podemos-SP), relatora da reforma eleitoral na Câmara.

- Não se trata de advogar por modelo A ou B, mas de dar o maior número de informações possíveis sobre as nuances que o distritão pode trazer para cada segmento, estado ou partido. Seja qual for o sistema, um tema caro a nós é a representatividade. Um debate baseado em dados é a melhor forma de evitar decisões equivocadas - afirma Bullara.

Apoio na Câmara

Em entrevista ao GLOBO na última semana, Abreu avaliou que o distritão tem conquistado apoios de parlamentares na Câmara. Por ser debatido dentro de uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC), o distritão precisa dos votos de 308 deputados em dois turnos para avançar ao Senado, onde o projeto também teria de ser aprovado por três quintos da Casa. Para a relatora da **reforma política**, o distritão poderia tornar as eleições "mais baratas" por induzir os partidos a lançarem menos candidatos.

- Hoje já existe personalismo nas campanhas. Além disso, os partidos são obrigados a financiar uma quantidade de candidatos que não cabe nos recursos disponíveis - argumenta Abreu.

A simulação da vigência do distritão em 2018 aponta que haveria queda na representação de mulheres e de deputados negros e indígenas, grupos que já são minoria na Câmara atualmente. Já o número de reeleitos, de deputados mais velhos e de eleitos com campanhas mais caras subiria até 8%.

No ano passado, o Supremo Tribunal Federal (STF) determinou que partidos devem distribuir proporcionalmente recursos para candidatos negros. Além disso, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) adotou o entendimento de reservar no mínimo 30% dos recursos do fundo eleitoral para mulheres. A cota de verba para candidaturas femininas foi incluída no relatório do novo código eleitoral, apresentado pela deputada Margarete Coelho (PP-PI) no último mês, e também é defendida por Renata Abreu para a **PEC da reforma política**.

A cientista política Maria do Socorro Sousa Braga, pesquisadora de sistemas eleitorais e professora da Universidade Federal de São Carlos (Ufscar), diz que o fim das coligações proporcionais, que incidirá na eleição para deputado estadual e federal pela primeira vez em 2022, já cria um temor de menor representatividade e de "oligarquização", por favorecer as maiores máquinas partidárias.

- Os dados corroboram que o distritão é um dos piores sistemas eleitorais para o Brasil, ainda mais agora. Vai na contramão do caminho para uma democracia com maior representatividade, respeitando a heterogeneidade brasileira. Tanto as mulheres quanto a população negra manteriam esta atual subrepresentação escandalosa - disse Braga.

Caso o distritão estivesse em vigor nas eleições de 2018, 64 cadeiras, o equivalente a 12% da Câmara, teriam mudado de ocupantes; 14 deputados reeleitos no sistema proporcional ficariam de fora, mas outros 33 que disputavam novo mandato seguiriam na Casa graças ao critério majoritário.

Com um sistema diferente, 46 deputados novos, que se elegeram pela primeira vez em 2018, não teriam conseguido uma cadeira na Câmara. A última eleição levou um total de 243 deputados novos à Casa, a maior taxa de renovação desde 1989. Já a lista dos que seriam beneficiados pela adoção do distritão na última eleição inclui veteranos da política, como os ex-deputados Leonardo Picciani (MDB-RJ), José Carlos Aleluia (DEM-BA) e Aírton Cascavel (Republicanos-RR), este último ex-assessor especial do Ministério da Saúde na gestão de Eduardo Pazuello.

O levantamento aponta ainda que os 64 deputados que entrariam pelo distritão gastaram, no total, R\$ 76 milhões em suas campanhas, 84% a mais do que os parlamentares que perderiam suas vagas. Os deputados que entrariam são também mais ricos, de acordo com as declarações de bens feitas ao TSE. Ao todo, esses parlamentares somam R\$ 147,1 milhões em bens, 58% acima do valor declarado pelos que ficariam de fora.

Nos estados

Nas assembleias legislativas, os dados também apontam que parlamentares com mandato e campanhas mais caras seriam os principais beneficiados pelo distritão. Mesmo entre mulheres, que teriam ligeiro aumento na participação em assembleias - passando de 163 para 175 deputadas estaduais -, o distritão favoreceria quase exclusivamente candidatas brancas com campanhas acima de R\$ 100 mil: seriam 15 eleitas a mais neste grupo. Entre candidatas com menor gasto, entraria somente mais uma deputada negra, e seis parlamentares brancas deixariam de se eleger.

Assim como na Câmara, o PSL seria o partido com maior perda de deputados estaduais com o distritão. Em 2018, no embalo da popularidade do então presidenciável Jair Bolsonaro, o partido teve líderes de votação em sete estados, o que favoreceu o fenômeno dos "puxadores de voto" - parlamentares com votações altas que ajudam a eleger correligionários.

- No sistema proporcional, a grosso modo, você não tem votos "desperdiçados". Ele procura respeitar o tamanho da representatividade de todos os grupos em cada eleição. Para evitar uma excessiva pulverização, há regras como a cláusula de barreira. Já o distritão não tem meio-termo. A vontade de muita gente fica de fora - afirmou Cláudio Couto.

Site: <https://oglobo.globo.com/brasil/com-distritao-camara-teria-aumento-de-homens-brancos-mais-velhos-reeleitos-aponta-levantamento-1-25091042>